



Desenvolvimento Regional em Debate
ISSN: 2237-9029
valdir@unc.br
Universidade do Contestado
Brasil

Editorial

Dallabrida, Valdir Roque; Milani, Maria Luiza

Editorial

Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 8, núm. 2, 2018

Universidade do Contestado, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864197001>

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1830>

Valdir Roque Dallabrida valdirdallabrida@gmail.com

Universidade do Contestado., Brasil

Maria Luiza Milani marialuiza@unc.br

Universidade do Contestado, Brasil

Resumo: Apresentamos a edição número 2 de 2018 da revista Desenvolvimento Regional em debate (DRd). Com isso, estamos, a partir de então, adequando-nos às exigências dos órgãos de indexação de periódicos acadêmicos, no sentido de publicar as edições no mês inicial da periodicidade de publicação, no nosso caso, a semestralidade.

Editorial

Valdir Roque Dallabrida

Editor-Chefe – DRd. Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional/Universidade do Contestado e integrante do Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Santa Catarina. Brasil. E-mail: valdirdallabrida@gmail.com

Maria Luiza Milani

Editora Executiva – DRd. Doutora em Serviço Social, docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade do Contestado. Santa Catarina Brasil. E-mail: marialuiza@unc.br

Recebido em: 29/06/2018

Publicado em: 29/06/2018

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1830>

Apresentamos a edição número 2 de 2018 da revista Desenvolvimento Regional em debate (DRd). Com isso, estamos, a partir de então, adequando-nos às exigências dos órgãos de indexação de periódicos acadêmicos, no sentido de publicar as edições no mês inicial da periodicidade de publicação, no nosso caso, a semestralidade.

Compomos a edição com dez artigos, organizados em três blocos, de acordo com o foco temático. O primeiro bloco contempla os artigos que versam sobre a dimensão sociocultural do desenvolvimento e as políticas públicas; o segundo, apresenta os temas relacionados à dimensão ambiental; o terceiro bloco é composto dos artigos que abordam os temas relacionados à dimensão econômica do desenvolvimento. Neste último bloco, os artigos versam sobre questões relacionadas à economia agroflorestal e sobre a economia regional, com predomínio do foco na região Norte e Nordeste do Brasil.

Esta edição contempla artigos de pesquisadores de 12 Instituições de Ensino Superior localizadas em 9 estados do Brasil, assim distribuídos: Instituto Federal do Acre, Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Universidade do Contestado (Santa Catarina), Secretaria Estadual

Desenvolvimento Regional em Debate,
vol. 8, núm. 2, 2018

Universidade do Contestado, Brasil

Recepção: 29 Junho 2018
Aprovação: 29 Junho 2018

DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v8i2.1830>

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=570864197001>

de Educação de Minas Gerais, Universidade Federal do Ceará e Universidade Regional do Cariri (Ceará), Universidade Federal da Paraíba, Centro Universitário Módulo, Universidade Estadual Paulista e Universidade de Taubaté (São Paulo), Universidade Federal do Espírito Santo e Universidade Federal do Paraná.

Inicia esta edição o artigo *Educação e Capital Social: uma relação estreita com o desenvolvimento*. Os autores partem do princípio de que capital social e educação são variáveis relacionadas ao desenvolvimento. Assim, sobre a observação de que Caraguatatuba, município por eles analisado, apresenta dificuldades relacionadas à rápida expansão urbana e demográfica, o artigo é conduzido pelo objetivo de verificar a relação entre o capital social da população e o seu nível de educação formal. Apesar de observarem que o grau de confiança entre os sujeitos da pesquisa torna-se menor quanto menor o acesso à instrução formal, concluem que o acesso à educação, isoladamente, não potencializa a aptidão para a articulação entre os membros de cada comunidade e para ampliar a capacidade de institucionalização das demandas sociais e econômicas.

O segundo artigo, *Eficiência dos Gastos Públicos com Educação: evidências para o Ensino Fundamental de Santa Catarina*, é composto de um texto com a afirmação que a escolaridade é um ativo que pode ser reproduzido e ofertado à população por meio da esfera pública, se tornando essencial para o fomento do crescimento econômico, redução da desigualdade e da pobreza. Assim, o estudo tem como objetivo analisar a eficiência dos gastos públicos nos municípios catarinenses em alocar seus recursos nos anos iniciais do ensino fundamental nos anos de 2007 e 2011. Concluem os autores que o crescimento dos gastos públicos não resultou em melhoria nos indicadores de qualidade do ensino fundamental, no período analisado.

O terceiro artigo do primeiro bloco temático, *Fatores associados às escolhas ocupacionais das jovens mulheres baianas*, é orientado pelo objetivo de analisar os condicionantes das escolhas ocupacionais das jovens mulheres baianas, entre estudar e/ou participar da população economicamente ativa (PEA), e/ou Nem-nem (nem trabalhar, nem estudar) e considera jovens mulheres aquelas com idade entre 17 e 29 anos. O estudo observa que a escolaridade dos pais influencia positivamente na decisão de apenas Estudar, ressaltando a importância do capital humano na trajetória dessas mulheres. Ao se cotejar as características pessoais, observam os autores que o fato de terem filhos incentiva as jovens mulheres a transitarem para a categoria Nem-nem, recomendando a importância de políticas de planejamento familiar.

O segundo bloco, que tem como foco temático a dimensão ambiental é composto por dois artigos. O primeiro artigo denominado *Modelo de Gestão de Resíduos: desafios e perspectivas do setor de frigoríficos* resulta da realização de um estudo de caso com o propósito de levantar e descrever o modelo de negócio utilizado pela empresa para gerenciar seus resíduos. Os autores afirmam que foi possível observar aspectos importantes, como os ganhos gerados para a empresa por meio de vantagens competitivas, que atrela ao negócio principal a gestão dos resíduos, provenientes de uma

produção mais limpa. Também constata que a geração de novas fontes de receita a partir da criação e comercialização de subprodutos, gera não só matéria prima para outras cadeias produtivas, mas uma série de outros benefícios destacados no artigo.

O segundo artigo desse bloco, *Gerenciamento Costeiro Integrado no Brasil: uma análise qualitativa do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro*, constata de que as zonas costeiras representam um relevante desafio, por apresentarem inúmeras pressões socioeconômicas e por serem áreas com considerável densidade populacional, caracterizadas por dinâmicas peculiares, o que levou o governo brasileiro a instituir o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O objetivo do estudo, que resulta neste artigo, realiza análise documental do relatório “25 anos do Gerenciamento Costeiro no Brasil”. Esta análise contribui para uma reflexão sobre os principais desafios e expectativas enfrentadas pela gestão costeira em todo o território nacional. Constata, ainda, que muitas atividades em plena expansão, contribuem para o crescimento econômico do país, entretanto, trazem consigo inúmeros impactos.

No terceiro bloco desta edição, os artigos tratam da dimensão econômica do desenvolvimento, versando sobre economia agroflorestal e outros relacionados aos problemas regionais, predominantemente, da região Nordeste e Norte do Brasil.

O primeiro artigo deste bloco, *Distribuição de Renda na Amazônia: um estudo dos Polos Agroflorestais em Rio Branco* refere-se a uma nova modalidade de assentamento criada na década de 1990 pela Prefeitura Municipal de Rio Branco-Acre, denominada Polo Agroflorestal. Esse assentamento tem a finalidade de assentar antigos seringueiros e agricultores expropriados anteriormente. Sob esse cenário o estudo objetiva analisar a evolução da distribuição de renda no referido assentamento, em intervalo de dez anos, buscando identificar a proporção de classes de renda na região, o valor de produção gerado e as condições do uso da terra. Os resultados mostram que houve melhoria na distribuição de renda das famílias assentadas nos Polos Agroflorestais, mas os índices de concentração de renda acompanharam a realidade brasileira.

Já o artigo *Planalto Norte Catarinense: considerações sobre o setor florestal e a eucaliptocultura* parte da afirmação de que a base econômica de florestas plantadas para a produção de madeira e seus produtos, sustenta uma cadeia produtiva que tem participação fundamental na economia do país. O Estado de Santa Catarina tem expressiva participação neste setor, com destaque para a região Planalto Norte Catarinense (PNC). Sob essas afirmações o objetivo do estudo se concentra em compreender o papel do setor florestal e da eucaliptocultura como atividade econômica no PNC. Os estudos efetuados identificam contradição nos benefícios gerados em desenvolvimento, na dimensão econômica, social e ambiental que o setor de florestas plantadas pode oferecer às regiões onde está estabelecido. Como oportunidade para o desenvolvimento florestal sustentável do PNC encontram-se as condições edáficas da região favoráveis ao cultivo florestal e a previsão de consumo crescente de produtos florestais,

inserindo a eucaliptocultura como atividade relevante na agenda de desenvolvimento regional.

Entre os artigos que versam sobre questões econômicas regionais, o primeiro, *As relações interinstitucionais de desenvolvimento local em Ipatinga (MG)* afirma que nas últimas décadas, o desenvolvimento local tem sido amplamente discutido por diferentes abordagens teóricas em resposta à crise do paradigma nacional-desenvolvimentista, motivado, em especial, pelo declínio econômico de algumas áreas industriais. Tomando como área de observação o município de Ipatinga/MG, o estudo constata que a inexistência de uma cultura política, a debilidade organizativa e institucional dos atores locais interferem nas estratégias de desenvolvimento local. Constata o estudo ainda que os projetos desenvolvidos carecem de ousadia, pois não estimulam suficientemente o crescimento econômico, o que pode ser constatado pela não redução do nível elevado de desemprego.

O segundo artigo, *Inovação e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: uma análise para a Região Norte do Brasil*, inicia afirmando que, diante do intenso processo de globalização, o conhecimento e o aprendizado se apresentam como principais determinantes para o desenvolvimento das nações, regiões, localidades, setores e empresas. O estudo propõe-se ao objetivo de analisar, por meio de indicadores de desempenho e esforço inovativo, o processo de inovação implementado pelas firmas da Região Norte do Brasil. Os dados evidenciam que as empresas da região têm empreendido esforços inovativos para a aquisição de máquinas e equipamentos, enquanto há baixo nível de investimento empregado em pesquisa e desenvolvimento.

O terceiro artigo, *Emprego formal agropecuário e saldo de vagas na Microrregião do Cariri Cearense*, resulta de estudo orientado pelo objetivo de analisar o saldo de vagas nos postos de trabalho formais da microrregião do Cariri cearense, segundo as características demográficas e socioeconômicas dos trabalhadores, nos anos de 2006 e 2013. Os principais resultados mostram o aumento na geração de trabalhos formais na agropecuária da microrregião do Cariri. Quanto à remuneração, a maior taxa de criação líquida de empregos correspondeu à faixa de até 1 salário mínimo, o que demonstra o nível de precariedade.

No todo, os artigos trazem resultados de uma variedade de estudos, realizados por pesquisadores, mestrandos e doutorandos, sobre a realidade regional brasileira, com importantes reflexões e constatações, algumas destas nem tanto alentadoras. Tratam-se, mesmo assim, de contribuições significativas.

Desejamos a todos uma boa leitura.